

Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos

Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos

Alex Branco Fraga
Janice Zarpellon Mazo
Marco Paulo Stigger
Silvana Vilodre Goellner
(Organizadores)

Série Esporte, Lazer e Saúde

2009
Porto Alegre



Gênese
EDITORA

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Ministério do Esporte do Brasil

Capa: Flávio Roberto Gonçalves
Revisão: Vilma Beatriz da Silva Dentzien/ Naila Touguinha Lomando
Editoração eletrônica: Vanessa da Silva/ Gênese Artes Gráficas

P769 Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex
Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger,
Silvana Vilodre Goellner – Porto Alegre: Gênese, 2009. – (Série
Esporte, Lazer e Saúde)

125 p.; il.

Ensaio de vários autores.
ISBN: 978-85-61652-04-3

1. Lazer – 2. Saúde – 3. Espaços urbanos – 4. Políticas públicas
– 5. Projetos sociais – 6. Parques públicos – 7. Praças públicas
– I. Fraga, Alex Branco – II. Mazo, Janice Zarpellon – III. Marco
Paulo Stigger – IV. Goellner, Silvana Vilodre

CDU: 379.8

Catálogo na publicação

Bibliotecária responsável: Naila Touguinha Lomando, CRB-10/711

O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis

*Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer
Mérid Rosane Santos da Silva
Rose Mérid Santos da Silva*

1 INTRODUÇÃO

O esporte é um direito social e uma prática cultural que, com suas formas múltiplas, produz subjetividades e constitui o homem moderno. O esporte forja códigos, valores e experiências com diversos significados, por isso é fundamental que problematizemos aquelas propostas que o integrem em suas políticas. O sentido do esporte, seu vínculo com o contexto social e, conseqüentemente, as políticas públicas que viabilizam e socializam o acesso às práticas esportivas são focos de estudo largamente enfatizados por muitos estudiosos, contudo, de maneira alguma, se esgotam, pois, considerando o saber e a verdade como construções contínuas e não fixas, e a realidade social como um processo em constante mudança, seria impossível exaurir e ter clareza conceitual dos referidos temas.

Voltar o olhar e a análise para os projetos sociais vinculados ao esporte se justifica, pois somos constantemente interpelados por práticas discursivas que estabelecem o esporte, independentemente da forma como for vivenciado, como a grande salvação para sujeitos considerados vulneráveis. Nesses discursos, identificamos outra prática que nomeia e constitui determinado estrato da população como em vulnerabilidade social.

Segundo Garcia (2002, p.14), no mundo atual, com seus saberes e suas verdades em mudança, constatamos que “existimos a partir de uma miríade de discursos, de práticas, de tempos e de lugares, de táticas e de estratégias, de tecnologias particulares pertencentes a tradições culturais identificáveis, não coerentes e não unificadas”. Sendo assim, tais práticas discursivas produzem sujeitos e surtem neles efeitos, ditam normas, conduzem procedimentos, assim como estabelecem os “vulneráveis sociais” como necessários de proteção e de atendimento.

Quando classificamos e nomeamos os indivíduos, vimos surgir elementos constitutivos de uma cultura, pois, como afirma Foucault (1995, p. 10), “os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar”. Emerge, então, um estrato social, trazido à luz por formações discursivas

próprias que tornaram possíveis sua existência e que os tornam sujeitos “vulneráveis”, ou seja, é no entrecruzamento do que é dito e no que é visto, que vemos surgir essa realidade até então não nomeada, apesar de já existente. Ela é constituída por saberes, por valores, por experiências que aqui gostaríamos de problematizar.

No sentido de contextualizar a relação entre esporte/projetos sociais/vulnerabilidade, é preciso considerar que o esporte é um direito social, viabilizado por políticas públicas que socializam o acesso às práticas esportivas, condição essa que, em princípio, pressupunha a extensão desse benefício a todos os indivíduos e não somente a um determinado grupo social, no caso deste estudo, o dos denominados vulneráveis. Por isso, enfatizamos o esporte como uma construção humana, reconhecido como um direito social no art. 217 da Constituição Brasileira, caracterizando-se como uma prática cultural que constitui/constituído o homem moderno.

Em termos de princípios gerais, as políticas públicas, sejam de origem estatal, privada ou decorrentes do terceiro setor, podem ser agrupadas em dois grandes grupos: as universalizantes, que se caracterizam como aqueles empreendimentos políticos que visam ao atendimento de um determinado direito social envolvendo o conjunto da sociedade, sem direcionamento ou sem a restrição a um ou a mais grupos específicos; e às denominadas políticas focais, que são dirigidas a uma ou mais parcelas particulares da sociedade, atualmente, sustentadas no argumento de que algumas injustiças sociais só podem ser resolvidas se as parcelas menos favorecidas da população tiverem atendimento especial e “privilegiado” a esses direitos sociais.

Com relação especificamente às políticas públicas de esporte desenvolvidas no país, elas têm-se caracterizado como ações focais, marcadamente, dirigidas às crianças e aos adolescentes denominados em situação de risco ou vulnerabilidade social. Nesse contexto, as práticas esportivas se estabelecem a partir de uma idéia generalista e naturalizada, prescritas para a grande maioria desses sujeitos considerados como em vulnerabilidade social.

Ainda que a problematização aqui apresentada seja decorrente de análises do uso do esporte e das práticas esportivas como pretensamente redentoras da condição dos vulneráveis, neste texto, dedicar-nos-emos especialmente à maneira como determinada nomenclatura – vulnerabilidade – encerra paradoxo, quando tomado como fundante em intervenções decorrentes de políticas sociais associadas a instituições e a programas/projetos por nós¹ analisados. Argumentamos que a situação paradoxal se situa justamente na

¹ Os desdobramentos apresentados neste texto são decorrentes de dois trabalhos investigativos: uma dissertação de mestrado intitulada “O discurso da vulnerabilidade social e os processos de constituição dos sujeitos “assematizáveis” e outro, que faz parte dos estudos de doutoramento e toma os projetos/programas sociais como foco de análise.

relação entre práticas dirigidas aos vulneráveis (fundadas na vulnerabilidade) e a constituição de corpos vulneráveis (vulnerabilização) que essas práticas podem produzir.

Mas, para que o processo de constituição do vocábulo vulnerabilidade, e mais especificamente da expressão vulnerabilidade social, seja compreendido, é imprescindível ressaltar o significado das palavras, problematizar o sentido dos diversos elementos utilizados, pois um vocábulo não pode ser reduzido simplesmente à expressão de uma idéia; ele é temporal, circunstancial e, assim sendo, pode remeter a significações e a ações diferentes. Para cumprir com tal tarefa, é importante recorrer a Deleuze (1988, p. 61), quando aponta que “é preciso então rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados²”, faz-se necessário “esmiuçar” o seu processo de constituição.

2 PRODUZINDO OS VULNERÁVEIS

Vulnerabilidade é a “qualidade de vulnerável”, mas o termo significa “suscetível de ser ferido ou atacado; diz-se do ponto por onde uma pessoa pode ser atacada ou ferida.” (CARVALHO; PEIXOTO, 1972, p. 1054). Partindo dessa conceituação inicial, vamos perscrutar um pouco das andanças, ao longo do tempo, para tentar compreender os caminhos percorridos pelo referido tema, até assumir a dimensão e os sentidos utilizados em nossos dias.

Em princípio, sua utilização está atrelada à área da advocacia internacional, como podemos observar na obra “Os Direitos Humanos como Tema Global” de Lindgren Alves, quando se refere a “grupos ou a indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, na proteção ou na garantia de seus direitos de cidadania.” (ALVES apud AYRES et al., 2003, p. 118). Posteriormente, vamos assistir a uma potencialização, bastante significativa, no emprego do conceito de vulnerabilidade, ao estabelecer seu vínculo com as análises na área da saúde e, mais especificamente, das pesquisas sobre o HIV/Aids.

Ayres et al. (2003, p. 118) ressaltam que “o conceito de vulnerabilidade, especificamente aplicado à saúde, pode ser considerado o resultado do processo de progressivas interseções entre o ativismo diante da epidemia da Aids e o movimento dos Direitos Humanos”. Nesse cenário, ele passa a ser adotado nos discursos voltados para as temáticas da saúde pública, principalmente, para as formas de prevenção da referida doença, assim como das questões de intervenção junto às pessoas, aos grupos e às populações.

² Para Foucault (2002, p. 113), enunciado não é “simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de certo número de elementos e de regras linguísticas”, mas ele o considera como uma sequência de elementos linguísticos que está imersa em um campo enunciativo em que aparece como elemento singular, ou seja, ele tem uma substância, um suporte, um lugar, uma data.

É nesse contexto que a expressão vulnerabilidade se consolida como “o resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para proteger-se de ambos.” (AYRES et al., 2003, p. 123).

Somente a partir do final da década de 90 é que encontramos referências à questão da vulnerabilidade social, mas ainda relacionada à Aids e às chances de exposição das pessoas ao adoecimento. Entrando um pouco mais no universo conceitual do vocábulo vulnerabilidade social, encontrar-se-ão relações com outras temáticas, tais como com a pobreza e com a fome, assim como com o crime e com a violência.

Nessa perspectiva, pode-se considerar vulnerabilidade social como “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

Mas, segundo a referida autora, essas aproximações ainda não davam conta da complexidade desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores quantitativos de renda ou de carências, ou seja, restringiam-se somente a delimitar e a constatar a insatisfação das necessidades básicas a que determinados seres humanos eram submetidos.

Desse contexto, vai-se esboçando uma trajetória da expressão vulnerabilidade social, percorrendo caminhos que vão desde o vínculo com a questão do direito internacional, penetrando na área da saúde e da temática da Aids/HIV, até entrar pelas vias das condições socioeconômicas. Saliento que essa conceituação, ainda hoje, é muito mutável e, assim sendo, muitas vezes, fica difícil definir as frágeis linhas demarcatórias que delimitam seus campos de abrangência e seus limites.

Somente a partir das pesquisas realizadas por Caroline Moser e seu grupo do Banco Mundial, datadas de 1998, é que uma geração de estudiosos passou a trabalhar com uma abordagem de vulnerabilidade social mais no sentido sintético, ou seja, tentando atribuir os riscos das configurações vulneráveis não somente àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população.

O conceito de vulnerabilidade social passa a ser tomado como o “resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.” (SANCHES, 1999, p. 111).

Filgueira e Peri (2004, p. 8-10) apontam ainda algumas considerações interessantes ao definir o referido termo como “la escasa capacidad de respu-

esta individual o grupal ante riesgos y contingencia.[...] Por extensión, se puede afirmar que es también una predisposición negativa para la superación de condiciones adversas”. Ainda, segundo o mesmo autor, nessa perspectiva, vulnerabilidade social pode ser definida como “una configuración particular, negativa, resultante de la intersección de dos conjuntos; uno, definido a nivel ‘macro’ relativo a la estructura de oportunidades y otro definido a nivel ‘micro’, referido a los activos de los actores.” (FILGUEIRA; PERI, 2004, p. 21).

Somente nos últimos anos, ocorreu uma aproximação da questão da vulnerabilidade social com uma reflexão voltada às condições socioeconômicas, passando, assim, a ser assumida pelas políticas públicas adotadas pelo Estado. Essa concepção pode ser verificada na definição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atribui o conceito de vulnerabilidade social àqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza ou de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos entre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação étnica, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras), (SUAS - Resolução nº 130/2005).

Mas os múltiplos discursos, produzidos em torno da temática da vulnerabilidade social, mantêm como ponto em comum a questão da ameaça, do medo, assim como da necessidade de controle e de gerenciamento das situações consideradas como de riscos, seja na dimensão individual seja no sentido da população. Segundo Traversini (2003, p.111), “a invenção do risco possibilitou classificar espaços e indivíduos, ou um conjunto deles, com determinadas características [...] como problemáticos, necessitando serem administrados de determinado modo para evitar sua multiplicação e a geração de elevadas despesas para o Estado”.

É nessa perspectiva que vemos surgir um outro aspecto de grande relevância nesta discussão, que é o envolvimento da noção de risco com a temática da vulnerabilidade. Segundo Spink (2003), a palavra risco passa a ser utilizada a partir do século XIV, contudo somente no século XVI é que adquire seu sentido moderno, constituindo-se como um “híbrido entre perigo e controle”. Ressalte-se, ainda, que “a noção de risco que é própria da modernidade está intimamente relacionada à incorporação cultural da noção de probabilidade.” (SPINK, 2003, p. 151)

Traversini (2003, p. 110) nos traz uma análise sobre a questão de risco como algo presente, mesmo antes da modernidade, mas vinculado a aspectos naturais (chuva, temporais, etc), sobrenaturais (fantasmas, bruxas, etc) e reais (bandidos, saqueadores etc), estando presentes muitas estratégias para “evitar os males e vigiar os perigos que se poderiam abater sobre as pessoas”. A referida autora, baseada em Lupton (1999), enfatiza, ainda, que a pro-

dução de insegurança não estava relacionada com a responsabilidade humana, mas com a vontade da natureza e do próprio sobrenatural.

A ampliação dos usos da noção de risco envolve diversas áreas de conhecimento, mas é no campo da saúde que sua utilização é bastante potencializada, principalmente vinculada às questões dos riscos de contaminação relacionados ao vírus do HIV/Aids. Esse panorama se estabeleceu, mais fortemente na década de 80, dando ênfase à questão dos mecanismos causais³ a comportamentos individuais para, em um segundo momento, a partir do final dessa década até nossos dias, passarem a coexistir também os enfoques que levam em conta as características mais contextuais e estruturais.

Assim, inicialmente, o foco da prevenção era destinado basicamente ao comportamento específico de alguns indivíduos, passando posteriormente a considerar também as relações e as interações estruturais em que ocorrem os riscos de contaminação. Com essa mudança, a expressão “vulnerabilidade” se fortalece, pois apresenta uma maior amplitude conceitual, comportando melhor esse caráter mais abrangente que a noção de risco não dava conta.

Ayres et al. (2003, p. 127) apontam que a diferença entre esses dois conceitos é o caráter iminente analítico do risco, em contraste com as aspirações sintéticas da vulnerabilidade, ou seja, toda a produção de conhecimento, elaborada a partir da noção de risco, era construída baseada em instrumentos capazes de isolar, de determinar, quase matematicamente, os processos de adoecimento, especificamente de um indivíduo. Já a questão da vulnerabilidade nasce de uma pretensão praticamente inversa, ou seja, todo o conhecimento sobre vulnerabilidade é fundamentado na consideração de situações que expressem as possibilidades ou não de adoecimento relacionados a todo e a cada indivíduo.

A partir da noção de risco associado ao conceito de vulnerabilidade, as práticas de intervenções, utilizadas pelos programas de saúde pública, também modificaram seu foco, passando a atuar mais em torno dos grupos com comportamentos qualificados como de riscos, considerando todas as possibilidades que interferem nos mecanismos de causalidade, ou seja, em todos os fatores estruturais que podem causar o risco de contaminação. Dessa forma, a expressão vulnerabilidade vai-se legitimando, como podemos observar com a caracterização apontada por Sanches (1999, p. 110), esse conceito aponta para um conjunto de fatores, de níveis e de magnitudes distintos, cuja interação amplia ou reduz as possibilidades de uma pessoa infectar-se com o HIV. Nessa perspectiva, os comportamentos individuais de maior ou menor

³ Utilizamos aqui a expressão “mecanismos causais” em um sentido mais biológico, que atribui uma relação direta entre as condições de causa-efeito das doenças, ou seja, refere-se à idéia de que o desenvolvimento de uma enfermidade poderia ser atribuído a uma causa determinada e específica.

exposição ao risco são considerados em relação a um conjunto mais amplo de determinantes, que devem ser contemplados no planejamento das intervenções preventivas.

É assim que é produzida uma série de estratégias, de dispositivos e de mecanismos múltiplos, tais como as políticas públicas de esporte, estabelecidas no sentido de administrar e de gerenciar tanto os indivíduos como as populações, que se formam a partir desse “espectro” do risco e/ou da vulnerabilidade social. Traversini (2003, p. 130) observa que esses grupos, considerados como em vulnerabilidade social, são a população alvo de programas governamentais planejados para conter o aumento do risco, ou seja, são ações planejadas para conter, diminuir ou eliminar os problemas identificados como um risco para si e/ou para a população.

Mas é importante destacar que a implementação de políticas públicas de esportes para atender àquelas crianças e/ou àqueles adolescentes que estão em risco, ou mesmo, que representam um risco para a sociedade foram produzidos como efeitos de práticas discursivas construídas historicamente, ou seja, elas são criadas a partir dos discursos que nomeiam e caracterizam determinada parcela da população como submetidas, ou mesmo, que submetem outras pessoas a situações de risco social. Esse processo não é um fenômeno social, atemporal ou mesmo a-histórico, mas, isso sim, ele deve ser entendido como resultado de práticas discursivas que também têm toda uma trajetória de construção histórica e cultural.

3 ENFIM....

Os processos de constituição de políticas sociais, entre elas, as esportivas, com todas as condições de possibilidades que as rodeiam, são tidas como biopolíticas⁴, operadas no sentido de controlar a população e de gerenciar os riscos gerados por elas. Além disso, concluímos que, mais do que serem políticas dirigidas a um estrato da população nominado de vulnerável, tais políticas criam, inventam tal estrato, marcando e produzindo os corpos como vulneráveis.

A produção de um estrato em que determinados indivíduos são nominados como num estado de vulnerabilidade, no âmbito deste estudo, é tomada como estratégia de governo que visa a agir sobre as ações desses indivíduos. É um processo estratégico de governo, porque visa a atuar duplamente: produzindo um estrato da população vulnerável e, ao mesmo tempo, os próprios (corpos) vulneráveis. Além disso, em termos de políticas sociais,

⁴ Segundo Revel (2005, p. 26) “o termo ‘biopolítica’ designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto de viventes constituídos em população.”

essa estratificação delimita não só a ação do Estado sobre tal estrato como também a biopolítica de governo das populações.

Nessa perspectiva, destacamos o trabalho desenvolvido pelas políticas públicas de esporte, que fazem do corpo dos vulneráveis sua superfície de intervenção, pois, como afirma Foucault (2007, p. 30), esse universo poder-saber forma um “corpo político”, ou seja, “um conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem nos corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber”.

Observa-se a organização do trabalho na área de políticas sociais, no sentido de uma disciplinarização dos corpos dos assistidos, pois, segundo Machado (1993, p. XIX), “o poder é produtor de individualidade”, ou seja, o poder disciplinar, aquele que atua sobre o corpo, que faz o “adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, faz aparecer, pela primeira vez na história, esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder, mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber”.

Nesse sentido, surge a questão do corpo, não como sede de instintos, de desejos e de sentimentos perenes ou como lugar de pura fisiologia; mas, isso sim, a noção de que “ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, de repouso e de festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente.” (FOUCAULT, 1993, p.27).

Apresenta-se, então, a disciplina ou o regime disciplinar, que se caracteriza por “um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadriçamento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos e que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos” (REVEL, 2005, p. 35) e, assim sendo, se constituem como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2007, p. 118).

O corpo entra em uma trama de relações que atua não só sobre si mesmo, mas também sobre o domínio dos corpos dos outros, do âmbito individual para a dimensão das populações, configurando uma outra tecnologia de poder, diferente daquela até aqui caracterizada como poder disciplinar, típico das sociedades panópticas, que era aquela centrada essencialmente no esquadriçamento, no controle dos corpos individuais, ou seja, uma tecnologia de poder em que os sujeitos eram “encarcerados, subordinados a uma rotina de funcionamento e organizados em torno de um sistema vertical de vigilância” (FRAGA, 2000, p. 73) para um gerenciamento da população.

Ao analisarmos os projetos sociais não vinculados diretamente às instituições disciplinares tradicionais (escolas, prisões, quartéis, etc) as visibilidades são muito mais da ordem do governo das populações. Isso não quer dizer que umas não se apoiem nas outras, mas a situação paradoxal reside justamente nisto: ao nomear, ao atribuir uma qualidade a determinados indivíduos e ao intervir a partir desse procedimento produz-se uma população a ser controlada, conduzida, corrigida, que agora é sabedora de sua condição. De ações dirigidas a corpos vulneráveis produz-se a sua vulnerabilização através de saberes produzidos sobre esses ditos nesta condição.

Portanto, a relação entre os principais projetos sociais vinculados ao esporte e a vulnerabilidade social produz determinados efeitos, dos quais os mais imediatos podem ser assim proclamados:

a) a produção do sujeito vulnerável, a constituição de um determinado estrato social denominado como vulnerável e que precisa, necessariamente, caracterizar-se e ser sabedora de sua condição;

b) a produção de sujeitos necessários de proteção social e de novas políticas públicas focais, fabricando uma sucessão de ações consideradas como reparadoras socialmente e que, pretensamente, visam a saldar uma dívida social e histórica com os nominados como desprotegidos ou excluídos socialmente;

c) a produção e a demarcação da diferença, ou seja, associada à fixação dos vulneráveis, encontramos a identificação de outras fronteiras discursivas como as de gênero, as de etnias, as de classe, as de sexo e outras. Especificamente com relação aos projetos sociais direcionados aos vulneráveis, existe uma predominância de atendimento a determinados grupos étnicos, a jovens e a adolescentes do gênero masculino e pertencentes às classes sociais menos favorecidas. Esse aspecto merece uma investigação mais aprofundada, mas emerge como um elemento fundamental de análise;

d) por fim, a constituição de biopolíticas de controle do sujeito e da população, expressas, no Brasil, principalmente por projetos, tais como o

⁵ O Programa Esporte e Lazer da Cidade é uma ação do governo federal, implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, e visa, em síntese, a suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e às demandas *da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas*. (Ministério do Esporte, grifo nosso)

⁶ O Programa Segundo Tempo foi idealizado pelo governo federal, através do Ministério do Esporte, e é destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar. Essa ação anuncia que tem a finalidade de *colaborar para a inclusão social*, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania. Entre os objetivos apregoados está o de “democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de *crianças e adolescentes em situação de risco social*”. (Ministério do Esporte, grifo nosso)

Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)⁵ e o Segundo Tempo⁶. O detalhamento de como essas iniciativas podem ser analisadas na perspectiva das biopolíticas de controle do sujeito e da população merecem ser detalhadas, mas, em função dos limites e do foco central do presente texto, esse debate será tratado em outro momento e em documento específico.

Assim, os múltiplos discursos produzidos em torno da temática da vulnerabilidade social, inclusive nas políticas públicas de esporte, mantêm como ponto em comum a questão da ameaça, do medo, assim como da necessidade de controle e de gerenciamento das situações consideradas como de riscos, seja na dimensão individual seja no sentido da população.

São a identificação, a classificação, a nomeação, o enclausuramento, o cadastramento que, antes de mais nada, produzem o estrato de corpos vulneráveis, seja através de políticas públicas de esporte seja de outras políticas sociais. Por isso, talvez, em termos de políticas sociais, se trate menos da vulnerabilidade e mais de um processo de vulnerabilização.

REFERÊNCIAS

ABRAMORAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AYRES José R. C. de M. et al. In: CZERESNIA, Dina (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. *Norma Operacional do SUAS*. Resolução n. 130/2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2006.

CARVALHO, J., PEIXOTO, Vicente. *Dicionário da língua portuguesa*. 20 ed. São Paulo: Cultural Brasil, 1972.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo. Brasiliense, 1988.

FILGUEIRA, Carlos, PERI, Andrés. *América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes*. Santiago, Copyright, 2004.

_____. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Em defesa da sociedade*: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *As palavras e as coisas*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FRAGA, Alex Branco. Anatomias de consumo: investimentos na musculatura masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p. 35-150, jul./dez. 2000.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. *Pedagogias críticas e subjetivação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SANCHES, Kátia Regina de Barros. *A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade*, 1999. Disponível em: <<http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php>>. Acesso em: 24 fev. 2007.
- SPINK, Mary Jane. *Esterisco: estudo sobre tecnobiociências na sociedade*. 2003 Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/suor2.htm>> Acesso em 22 jul. 2008.
- TRAVERSINI, Clarice Saete. *Programa alfabetização solidária: o governo de todos e de cada um*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.